

Deputados vão depor

Paola Lima
Da equipe do Correio

A lista de convidados para depor na Comissão de Ética da Câmara Legislativa ganhou mais dois nomes ontem à tarde. Na segunda reunião para apurar a denúncia de que parlamentares estariam recebendo propina para apresentar projetos de mudança de destinação em áreas particulares, os integrantes da Comissão de Ética decidiram chamar os distritais José Tatico (PSC) e José Edmar (-PMDB) para esclarecer dúvidas sobre o caso.

Tatico será convidado a explicar as declarações que deu ao **Correio Braziliense**, publicadas no último domingo. O deputado afirmou não saber da existência de um projeto de sua autoria que muda para posto de gasolina a destinação de uma área na QN 320 de Samambaia. "Eu posso ter assinado sem saber", disse Tatico. A Comissão quer que o deputado esclareça como o projeto pode ter sido apresentado sem o seu conhecimento.

Já o ex-líder do governo José Edmar será convidado a depor para justificar aos colegas uma decisão que tomou em agosto do ano passado, quando era presidente da Comissão de Ética. Edmar arquivou um requerimento que pedia a investigação de uma denúncia, semelhante à de agora, feita pelo deputado distrital Aguinaldo de Jesus (PFL).

O pedido, assinado por 16 parlamentares, nem sequer foi analisado pelos integrantes da comissão. "É o presidente quem define o que vai ser votado. E nunca analisamos esse requerimento", garante Paulo Tadeu (PT), que era líder do PT e fazia parte da comissão na época.

PEDIDOS DE CPI

Na reunião de ontem, a Comissão de Ética ouviu os deputados Renato Rainha (PL) e Paulo Tadeu (PT). Os parlamentares confirmaram as denúncias contra o corretor Walmir Pereira de Andrade, conhecido como Messias. Ao tentar vender um terreno na EPTG, o corretor garantiu que poderia mudar a destinação da área mediante pagamento de propina a distritais ligados ao governo. Ele disse isso a Rainha, que gravou a conversa.

O deputado Aguinaldo de Jesus (PFL) também depôs, repetindo as denúncias que fez em plenário em agosto de 2000. Aguinaldo disse ter sido procurado por um empresário que lhe ofereceu R\$ 30 mil para que apresentasse um projeto de alteração de uso de um terreno.

Na sala de reuniões, que per-

Kléber Lima 2.5.01



REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA NA SEMANA PASSADA: FLORESTA (C) QUER RESPOSTA EM 21 DIAS. ARGELLO ACHA CRIAÇÃO DE CPI "PRECIPITADA"

maneceu lotada durante toda a tarde, aumentou a pressão a favor de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o caso. Mesmo os deputados que não integravam a Comissão de Ética fizeram questão de aparecer na reunião e defender uma investigação mais profunda. "Depois de três páginas publicadas pelo **Correio Braziliense**, domingo, denunciando esses projetos, é impossível ignorar o assunto. Temos de instaurar uma CPI", pediu Wasny de Roure (PT). Ele se referia à denúncia, publicada pelo **Correio**, de que muitos lotes já tinham sido adquiridos por donos de postos de gasolina antes de terem sua destinação alterada.

O pedido é um consenso na bancada de oposição. Todos concordam que uma CPI daria mais poderes aos deputados para investigar as denúncias e esclarecer de vez os fatos. "Não temos, na Comissão, poder para convocar ninguém, apenas para convidá-los a depor, o que não garante que eles venham. Em uma CPI teríamos mais respostas", argumenta Renato Rainha.



TATICO: DEPUTADO ALTEROU DESTINAÇÃO DE LOTE, MAS NEGA

PRECIPITAÇÃO

O presidente da Casa, Gim Argello, no entanto, não concorda. "Ainda é muito cedo para fazer uma investigação desse porte. Vamos esperar o depoimento do corretor envolvido no caso e, se surgir um nome de deputado ou uma prova, aí sim, abriremos uma CPI", diz. O líder do governo, Edimar

Pireneus, também considera precipitado pensar em comissão parlamentar por enquanto. "A Comissão de Ética tem de se ater ao que foi pedido no requerimento. Depois de concluída essa investigação preliminar, saberemos se é preciso mesmo uma CPI".

A aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito depende do interesse do presidente da Câmara. Isso porque outros sete pedidos de CPI estão na gaveta, à espera de serem votados. Para um novo pedido ir a plenário, é preciso que o presidente e os líderes de bancada o considerem de urgência.

"Estipulei o prazo de 21 dias de investigação para saber se teremos um resultado concreto", avisou o presidente da Comissão de Ética, Chico Floresta (PT). Hoje, às 10h, os integrantes da Comissão vão à Terracap conversar com o presidente da empresa, Herman Barbosa. Eles querem saber se as pessoas beneficiadas com a mudança de destinação dos imóveis pagaram a taxa chamada de mais-valia, cobrada quando há uma valorização decorrente de mudança de destinação.